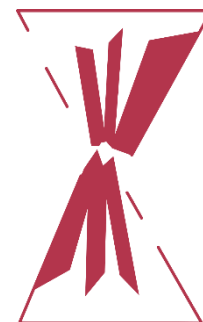


Uma questão de filosofia política: os movimentos de “minorias” através do jornal *Lampião da Esquina*

A question of political philosophy: “minority” movements through the newspaper *Lampião da Esquina*



MICHAELI FILHO, Rogerio Dos Santos*

 <https://orcid.org/0009-0005-6781-0010>

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo demonstrar o caminho que as esquerdas políticas tomaram, no contexto das ditaduras militares ocorridas na América Latina na última metade do século XX, até a emergência de movimentos sociais de grupos identitários socialmente marginalizados. Utilizando obras de autores latino-americanos, o artigo historiciza o surgimento de grupos de minorias sociais e sua representação através da imprensa alternativa surgida no fim da Ditadura Militar brasileira. O artigo, apoiado em uma pesquisa realizada em nível de mestrado, faz esse recorte a partir do *Lampião da Esquina*, jornal carioca abertamente homossexual que também abraçou outras minorias políticas em prol da emancipação e liberdade de mulheres, pessoas negras, travestis e povos originários.

PALAVRAS-CHAVE: Lampião da Esquina; Ditadura Militar; movimentos sociais; imprensa alternativa.

ABSTRACT: The aim of this article is to demonstrate the path taken by the political left in the context of the military dictatorships that took place in Latin America in the last half of the twentieth century, towards the emergence of social movements of socially marginalized identity groups. Using the works by Latin American authors, the article historicizes the emergence of social minority groups and their representation through the alternative press that emerged at the end of the Brazilian military dictatorship. The article, based on research conducted at the master's level, focuses on *Lampião da Esquina*, an openly homosexual newspaper in Rio de Janeiro that also embraced other political minorities in support of the emancipation and freedom of women, black people, transvestites, and indigenous people.

KEYWORDS: Lampião da Esquina; military dictatorship; social movements; alternative press.

Recebido em: 24/04/2025

Aceito em: 30/05/2026

* Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestrando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), Niterói-RJ. E-mail: rogermichaeli@hotmail.com



Considerações iniciais

“Podemos escrever as histórias de outros que não são nós mesmos?” (Pocock, 2011, p. 252, tradução própria)¹

Quando o historiador John Pocock aborda a questão dos “outros” no contexto de subalternidade e subversividade na política da história, ele se concentra naqueles que existem em uma comunidade à margem da política, em que seu acesso é cerceado ou até mesmo negado por aqueles que se autodenominam “nós”, o que influencia diretamente na construção de sua própria identidade e de sua própria história. Ele deixa como possibilidade o espaço social como forma de desenvolver suas histórias, ainda que construídas de forma marginalizada em relação ao “nós” (Pocock, 2011, p. 260-261). Esse conceito também é defendido pela crítica literária estadunidense Mary Louise Pratt. Ao levantar aspectos acerca da pós-colonialidade, ela afirma que “a modernidade se define relativamente a uma gama total de ‘outros’ [...]. O que permanece invariável é que sempre deve haver um Outro” (Pratt, 1999, p. 45).

Na historiografia, a abordagem referente aos “outros”, àqueles que vivem à margem da sociedade, começa a ser impulsionada com as reformulações sofridas a partir dos anos 1960, com a contribuição do marxismo e da escola francesa dos Annales, bem como do autor inglês E.P. Thompson, que estimulou a perspectiva da “história vista de baixo” que permitiu maior enfoque em “[...] grupos e camadas sociais antes ignorados e inspiraram abordagens muito inovadoras, inclusive a respeito de culturas de resistência” (Luca, 2005, p. 113-114). Como afirma Pocock (2011, p. 257, tradução própria)²: “Há pouco se subordinava tudo à ‘história social’, mas o termo da moda hoje é ‘cultural’”.

Essa abordagem esbarra na existência de uma esquerda política, que entende que não se “[...] constrói conduzindo ‘de cima’, mas aprendendo a escutar ‘os de baixo’” (Gallardo, 2005, p. 09, tradução própria).³ Ela também é conhecida por preconizar os coletivos humanos, forças sociais, liberdade, libertação e felicidade e que “se compromete com a produção de humanidade no marco das sociedades modernas” (Gallardo, 2005, p. 02-03, tradução

¹ No original: “¿Podemos escribir las historias de otros que no son nosotros mismos?” (Pocock, 2011, p. 252).

² No original: “Hace poco se subordinaba todo a la ‘historia social’, pero el término de moda hoy es ‘cultural’”. (Pocock, 2011, p. 257).

³ No original: “[...] construye dirigiendo ‘desde arriba’, sino aprendiendo a escuchar a ‘los de abajo’”. (Gallardo, 2005, p. 09).

própria)⁴. Na América Latina, essa esquerda política dentro das formações sociais do continente será complexa, temporal e com diversos princípios de dominação que se expressam como lógicas de sujeição institucionalizadas. Essas lógicas impulsionarão a resistência de “atores sociais diversos cujo combate pode gerar esquerdas no plural” (Gallardo, 2005, p. 03, tradução própria)⁵. O filósofo chileno Helio Gallardo considera a radicalidade e a autoprodução cultural como elementos-chave, nos quais mulheres, camponeses, trabalhadores, indígenas, desempregados, setores marginais e movimentos de minorias devem ser protagonistas. Esses grupos serão responsáveis por um projeto de mudança radical, democrático e não excludente, fora da lógica da classe social ou de partido político (Gallardo, 2005, p. 11).

Ao se referir aos processos de luta e mudança social, o sociólogo chileno Manuel Antonio Garretón coloca os movimentos sociais na América Latina como “[...] ações coletivas com alguma estabilidade no tempo e algum nível de organização, orientadas à mudança ou permanência da sociedade ou de alguma esfera dela”⁶ e também como “[...] atores concretos que se movem nos campos dos mundos da vida e das instrumentalidades, organizacional ou institucional, orientados a partir de metas específicas”⁷. O autor também coloca a ideia de movimento social como um conceito que pode oscilar de duas formas: como resposta conjuntural a uma determinada situação ou problema, ou como encarnação do sentido da história e da mudança social (Garreton, 2002, p. 09). Já a socióloga brasileira Ilse Scherer-Warren define movimento social como “grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social” (Scherer-Warren, 1987, p. 13).

⁴ No original: “se compromete con la producción de humanidad en el marco de las sociedades modernas”. (Gallardo, 2005, p. 02-03).

⁵ No original: “actores sociales diversos cuyo combate puede generar izquierdas en plural”. (Gallardo, 2005, p. 03).

⁶ No original: “[...] acciones colectivas con alguna estabilidad en el tiempo y algún nivel de organización, orientados al cambio o conservación de la sociedad o de alguna esfera de ella” (Garreton, 2002, p. 09).

⁷ No original: “[...] actores concretos que se mueven en los campos de los mundos de la vida y de las instrumentalidades, organizacional o institucional, orientados hacia metas específicas [...]” (Garreton, 2002, p. 09).

Os movimentos sociais no Brasil da década de 1970

Os movimentos sociais, identitários e “minoritários” ganharam força no Brasil na década de 1970, após o fracasso da luta armada, fruto da dissolução das esquerdas revolucionárias por parte do regime militar vigente. Esses movimentos foram inspirados por diversos acontecimentos ocorridos durante o século XX, como a Revolução Soviética em 1917, a fundação do Partido Comunista em 1922 e a Revolução Cubana em 1959 (Ridenti, 2007, p. 24). Inspiradas em movimentos ocorridos anteriormente na América Latina, as esquerdas revolucionárias buscavam uma revolução anticapitalista e anti-imperialista através de experiências de resistência armada contra a Ditadura Militar e da organização social e econômica capitalista por ela garantida. Tais ações se intensificaram a partir do AI-5, instituído em 1968 pelo regime autoritário brasileiro. Porém, três anos foram suficientes para que os órgãos de segurança de repressão da Ditadura Militar praticamente dizimassem as esquerdas armadas urbanas, restando apenas o foco rural, no caso, a Guerrilha do Araguaia, que seria exterminada pelo regime em 1974 (Ridenti, 2007, p. 37-47).

Com o fracasso da luta armada no Brasil, originou-se uma conjuntura de reorganização das esquerdas, que, a partir de 1974, buscava retomar a luta política de forma legal, com o objetivo de aumentar os espaços de legalidade, romper a clandestinidade e apresentar uma visão crítica da luta armada (Araujo, 2000, p. 115). Esse período coincidiu com o processo de abertura política no Brasil, dividido em dois projetos: um formulado pelo governo militar e outro formulado pela sociedade civil brasileira. O governo buscava atender e resolver seus interesses e conflitos internos, ampliar canais de diálogo e negociar com os diversos segmentos do poder, enquanto a sociedade civil defendia sua participação para definir os contornos da abertura e a inclusão das organizações de esquerda e dos movimentos sociais que estavam surgindo naquele momento. Os movimentos sociais de destaque nesse processo foram, por exemplo, partidos políticos de oposição ao regime militar, o novo sindicalismo, pastorais da terra, a Igreja Católica, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o novo movimento de trabalhadores rurais sem-terra, o movimento estudantil, feminista, negro, indígena e de homossexuais (Araujo, 2000, p. 118-119).

A historiadora Maria Paula Nascimento Araújo lista três formas pelas quais as esquerdas se dividiram e se agruparam a partir dos anos 1970. A primeira tinha como proposta a desistência da ideia da revolução socialista e no debate entre reforma x revolução que foi tema de longas discussões na esquerda brasileira e latino-americana entre os anos 1960 e

1970. A segunda era o abandono da perspectiva da luta armada, a luta pelas liberdades democráticas e conjuntura de resistência à Ditadura Militar. A terceira e última forma de organização das esquerdas, segundo Araujo, era a maneira como lidavam com os movimentos específicos, a fragmentação e a valorização da subjetividade (Araujo, 2000, p. 120-127).

Justamente essa última forma de organização das esquerdas no Brasil, na década de 1970, vai ressaltar a importância dos movimentos de resistência, que lutam não só pela dignidade humana, mas também por valores humanistas, universalistas e democráticos (Araujo, 2000, p. 124). Essa também é uma ideia defendida por Garretón ao afirmar que “[...] a principal ação coletiva durante as ditaduras foram as mobilizações sociais que tendiam enfatizar sua dimensão simbólica através da orientação reivindicativa ou instrumental” (Garretón, 2002, p. 11. tradução própria)⁸, destacando a ascensão do movimento pelos direitos humanos. Ou seja, a luta da sociedade civil contra o regime militar destacou o protagonismo das minorias políticas, como as mulheres, pessoas negras, indígenas e homossexuais, expandindo e libertando o controle da esquerda que até então estava centralizado nas mãos dos partidos e organizações políticas (Araujo, 2000, p. 127).

Esses movimentos, caracterizados como “minoritários”, ou melhor, como “oprimidos”, enfatizavam a sua especificidade, temiam relações com partidos e organizações de esquerda e buscavam autonomia política e preocupavam-se com a invasão de seus espaços em congressos, atos públicos, revistas e jornais, pela esquerda tradicional. É nesse contexto que a imprensa alternativa ganhou espaço e, com a conquista da legalidade, passou a ser porta-voz desses movimentos de grupos oprimidos, permitindo que as discussões políticas saíssem do âmbito da clandestinidade e alcançassem espaços públicos maiores, incluindo intelectuais, artistas, estudantes universitários, profissionais liberais, jornalistas, entre outros (Araujo, 2000, p. 128).

A imprensa alternativa na Ditadura Militar brasileira

Com auge nos anos 1970, o surgimento da imprensa alternativa lograria importância no contexto de luta democrática para a ampliação da discussão de diversos temas, por se apresentar como opção de ativismo político durante a Ditadura Militar, por oferecer opções

⁸ No original: “[...] la principal acción colectiva durante las dictaduras fueron las movilizaciones sociales que tendían a enfatizar su dimensión simbólica por sobre la orientación reivindicativa o instrumental”. (Garretón, 2002, p. 11).

de transformação social, cultural e comportamental e por pautar temas que envolviam a igualdade e universalidade de gênero, identidades e sexualidades.

A partir da década de 1970, acentuou-se a construção de um novo sujeito político, que trouxe o protagonismo de grupos minoritários politicamente excluídos e marginalizados, como indígenas, mulheres, pessoas negras, homossexuais e pessoas com deficiência. Nesse momento, esses grupos passaram a se manifestar de diversas formas dentro da ditadura brasileira, criticando a atuação dos militares e sua representação naquele contexto político-social, além de lutar e reivindicar suas diferenças (Araujo, 2000, p. 109).

Seria nesse período, década de acelerado processo de urbanização, influência da revolução sexual do fim da década de 1960 e fortalecimento da contracultura no Brasil (Simões; Facchini, 2009, p. 75), que o movimento feminista e o movimento de mulheres buscaram maiores reivindicações debatendo sexualidade, o direito ao prazer e ao aborto, além de lutarem pelo fim da Ditadura Militar e da censura, e por melhores condições de vida através da redemocratização (Duarte, 2019). Nesse contexto, surgiu uma imprensa feminista disposta a discutir os temas considerados prioritários para as mulheres naquele momento. Dentre os veículos da imprensa feminista do período, destacam-se os jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*.

Com essas transformações culturais e sociais nos papéis de gênero/sexualidade tornou-se possível uma maior interatividade nos meios homossexuais, contribuindo para o surgimento de uma nova identidade nos grandes centros urbanos brasileiros (Green, 2000, p. 424). Nesse cenário, os homossexuais enxergaram melhores possibilidades de organização política (Oliveira; Santana, 2016, p. 303). A articulação com os movimentos feminista, operário e negro possibilitou a formação de grupos organizados, com destaque para o surgimento do grupo Somos, de São Paulo, em 1978. Uma de suas reivindicações centrais era posicionar-se contra as prisões arbitrárias de homossexuais e contra a classificação da homossexualidade como doença. Outro marco foi o surgimento do *Lampião da Esquina*, primeiro jornal homossexual brasileiro a defender publicamente os direitos desse grupo de pessoas (Fry, 1982, p. 106).

Na imprensa negra, impulsionada pela fundação do Movimento Negro Unificado em 1978, que se inspirava na luta a favor dos direitos civis das pessoas negras estadunidenses e nos movimentos de libertação dos países africanos, surgem os jornais *Sinba*, *Tição* e *Koisa de Crioulo*. O surgimento do MNU marcou a história do ativismo negro no Brasil. A proposta do

movimento era unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional, fortalecendo consideravelmente o ativismo negro durante a abertura política, ao inserir lideranças negras no cenário político do país (Domingues, 2007, p. 112-114).

O Lamião da Esquina

Nesse período, o Brasil concentrava em suas grandes cidades pessoas LGBT⁹ que viviam sua sexualidade de forma marginalizada e se concentravam em locais de convivência homossexual/transexual escondidos de qualquer percepção pública. Muitas dessas pessoas eram do interior do país e, ao chegarem às metrópoles, puderam se reunir em grupos de vivências sexuais dissidentes, o que lhes permitiu a possibilidade de exercer sua sexualidade mesmo em uma conjuntura adversa.

No Brasil dos anos 1970, vivia-se a vigência do Ato Institucional nº 5, que ampliou a “margem de ação dos agentes públicos, inclusive polícias civis e estaduais, que combatiam a presença de homossexuais, prostitutas e travestis nos pontos de prostituição e de sociabilidade LGBT” (Quinalha, 2021, p. 31), impondo aos indivíduos da comunidade uma vivência marginalizada e impedindo a formação de um movimento por direitos sexuais igualitários no Brasil. A repressão policial nas ruas tornou mais evidente a perseguição aos homossexuais, travestis e prostitutas pelo regime militar. Além das batidas policiais e do cerceamento de locais frequentados por indivíduos de sexualidades dissidentes, houve prisões arbitrárias, torturas físicas e psicológicas (Quinalha, 2021, p. 41). Geralmente, os acusados eram presos arbitrariamente sem nenhum tipo de acusação ou prova, além de serem extorquidos.

Essas diligências chegaram a prender 1.500 pessoas, em grande parte devido às atitudes policiais, pois nas abordagens não julgavam suficiente a apresentação de documentos ou provas de bom comportamento. “Os investigadores já chegavam gritando: ‘Quem for viado pode ir entrando no camburão’” (Lamião, 1980, p. 18). O aumento de casos noticiados de violência, inclusive, motivou o monitoramento do movimento homossexual pelo DOPS, o que

⁹ No fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 o chamado MHB (Movimento Homossexual Brasileiro) englobava as reivindicações e demandas políticas de minorias sexuais. No período em questão, a sigla LGBT ainda não existia e, portanto, não era utilizada para se referir a diferentes identidades sexuais e de gênero. A sigla surgiu décadas posteriores ao fim da Ditadura Militar, em um contexto de debates, disputas e conquistas dentro dos movimentos de identidade sexual e de gênero. Neste artigo, optou-se por utilizá-la para uma melhor percepção do perfil dos sujeitos que circulavam esses espaços no período destacado.

resultou em uma perseguição descontínua, mas explícita, contra esse grupo. Esses casos de violência e repressão mostram um movimento incipiente, que surgiu em um contexto de medo, violência e repressão e dentro de uma conjuntura de resistência para sobreviver. Mostra também como as questões morais estiveram sob vigilância do regime militar, em uma condição de preocupação, perseguição e ações diretas de combate a qualquer vivência marginalizada. Ainda que com todo o aparato repressivo estatal, o movimento homossexual prosseguiu, levantando pautas, denunciando e trazendo à tona como a comunidade resistia à Ditadura. Embora possa parecer controverso que um movimento homossexual no Brasil tenha surgido durante a vigência de um Estado autoritário, essa aparição se mostrava atrasada, considerando toda a construção que outros movimentos oprimidos já possuíam antes de 1964, o que demonstra como a questão sexual esteve invisibilizada e minorizada nos debates sociais brasileiros.

Essa intensa política de perseguição, certamente, contribuiu “para naturalizar atos de discriminação e os altos índices de agressões físicas e de assassinatos de pessoas LGBT no Brasil de hoje” (Quinalha, 2021, p. 97). Apenas dez anos depois, no fim da Ditadura Militar, que os primeiros grupos homossexuais e a imprensa alternativa dariam os primeiros passos na construção de uma memória LGBT brasileira durante a abertura política.

Apesar de tardio, se considerado a partir da mobilização em outros países, o surgimento de um movimento homossexual brasileiro se constitui em uma história do tempo presente. Esta ainda se desenvolve dentro de um campo marcado por um “boom de memórias e identidades”, o qual, de acordo com o historiador alemão Lutz Niethammer, constitui um elemento essencial para as sociedades pós-modernas por tratar

a emergência da “questão da diferença” no centro dos debates políticos e científicos [...] valorizar as diferenças que não se deixavam conter nas categorias amplas de classes sociais ou Estados nacionais. Paralelamente, a retomada da reflexão sobre o papel do indivíduo na história e a ênfase na dimensão da deliberação social também contribuíram para a proliferação dos estudos sobre identidade e memória (Niethammer, 1997, *apud* Ferreira, 2012, p. 111).

Parte responsável pelo surgimento e consolidação de uma memória homossexual no Brasil, o jornal carioca em formato tabloide *Lampião da Esquina*, que surgiu em abril de 1978 e circulou até junho de 1981, abordava abertamente as questões relacionadas às vivências homossexuais, além de tratar de demandas defendidas por outros movimentos sociais

identitários que ganhavam espaço na sociedade brasileira naquele período, como os movimentos feminista, negro, indígena e ambiental. Além disso, o jornal foi embrião e um dos principais motivadores para o surgimento de grupos e encontros que tiveram como objetivo a criação de um movimento homossexual brasileiro para superar estereótipos e incitar reflexões, denunciando abusos, violências, opressões, repressões e discriminações. Por meio de suas edições mensais, o jornal se tornou pioneiro ao elevar a homossexualidade “como estratégia para a transformação cultural, capaz de corroer uma estrutura social a partir das margens” (Simões; Facchini, 2009, p. 61) e por dar voz a setores oprimidos e estigmatizados na sociedade brasileira em um período em que “a dinâmica da luta armada deixou pouco espaço para debates pessoais ou existenciais coletivos” (Green, 2012, p. 85). Nesse contexto, em que a esquerda brasileira centralizava os debates na luta de classe, a emergência de movimentos de identidade e sexualidade, como o das mulheres, pessoas negras e homossexuais, gerou grande tensão com os militantes, que temiam que esses grupos dividissem o crescente movimento contra o regime militar (Simões; Facchini, 2009, p. 95).

O *Lampião da Esquina*, integrante da imprensa alternativa, foi um veículo que tratou e denunciar as repressões cometidas pelas instituições militares contra grupos marginalizados. Essa vertente da imprensa se colocava como “jornais de oposição ao regime que circulavam numa estreita faixa de legalidade e expressavam os pontos de vista de intelectuais de esquerda, militantes e organizações políticas impedidas de se manifestarem livremente” (Araujo, 2000, p. 11) e “questionaram o regime, denunciaram a violência e a arbitrariedade, expressando uma opinião e uma posição de esquerda num país que praticamente havia suprimido quase todos os canais de organização e manifestação política de oposição” (Araujo, 2000, p. 21).

O *Lampião da Esquina* se propôs a demonstrar a importância da visibilidade de grupos sexuais e identitários socialmente discriminados para um debate das questões “minoritárias” com objetivo de integrar-se “às lutas democráticas com uma agenda de minorias marginalizadas, até então, dentro do próprio campo oposicionista” (Quinalha, 2021a, p. 05). Mais do que libertar apenas os homossexuais, o programa anunciado consistia em uma declaração de compromisso com os demais setores oprimidos da sociedade (Quinalha, 2021, p. 148). Essas “culturas de resistência” ganharam espaço nas páginas do *Lampião da Esquina*, que, mesmo se tratando de um veículo alternativo, abrigava formas diretas de contestação e

preocupação com questões do seu tempo, inspirando mudanças políticas profundas na sociedade brasileira (Luca, 2005, p. 129).

O próprio conselho editorial do *Lampião da Esquina* era formado por intelectuais, jornalistas, críticos especializados e membros da comunidade gay que já estavam preocupados em construir um movimento homossexual no Brasil. Eles viam a publicação do jornal como uma forma de mobilizar pessoas da comunidade pela causa gay e por outros movimentos oprimidos como os de mulheres, pessoas negras e indígenas, por exemplo. Reunindo onze intelectuais que enxergavam a imprensa alternativa como um “compromisso histórico”, foi produzido um jornal que até hoje, é considerado como um dos veículos mais importantes da imprensa gay brasileira. Em termos de imprensa homossexual, o jornal se diferenciava de tudo que havia sido publicado até então, e possuía um “perfil intelectualizado e pela experiência profissional dos jornalistas que integravam o conselho editorial, o jornal ficou marcado por uma notável qualidade literária e política no tratamento de temas polêmicos e atuais para aquela época” (Quinalha, 2021, p. 152).

Desde o início de sua circulação, o jornal esteve sob vigilância dos órgãos de informação ligados ao regime militar, que monitoravam a imprensa. O jornal abordava temas considerados subversivos para a ditadura, o que o levou a se tornar, em agosto de 1978, alvo de um inquérito policial que durou 12 meses, sob a ameaça de enquadramento na Lei de Imprensa, segundo a qual os membros do seu conselho editorial poderiam receber até um ano de prisão por atentar contra a moral e os bons costumes. “Um documento que vazou do governo revelava que os militares pretendiam fechar a publicação de algum modo, fosse por meio de alguma cláusula na lei de imprensa, fosse por meio de auditoria financeira” (Green, 2000, p. 434).

Em sua primeira publicação, lançada de forma experimental em abril de 1978, o conselho editorial justificava a necessidade do surgimento de um jornal abertamente homossexual no Brasil na luta por seus direitos:

[...] é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência homossexual como uma espécie de maldição. [...] o que O Lampião reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito – o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal. Falando da discriminação,

do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador, tentar apontá-la para questões que desembocam todas nesta realidade muito concreta: a vida de (possivelmente) milhões de pessoas. Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais; que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem, que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial de uma humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter (Lampião, 1978, p. 02).

O jornal acreditava que cada grupo socialmente oprimido deveria se unir e se organizar com seus integrantes para lutar por uma democracia de fato no Brasil. Só assim se conseguiria a felicidade ampla e irrestrita, para todos (Lampião, 1979, p. 02). Mais do que libertar apenas os homossexuais, o programa anunciado consistia em uma declaração de compromisso com os demais setores marginalizados da sociedade (Quinalha, 2021, p. 148).

Nesse contexto, os periódicos, assim como o *Lampião da Esquina*, contribuíram para que diversos grupos oprimidos pudessem compartilhar valores e vivências de suas histórias por meio da identificação mútua a elas, construindo diferentes redes de identidades no contexto da redemocratização. Esses grupos desafiaram o regime vigente ao marcarem suas atividades com espírito libertário, comunitário, alternativo, articulado e antiautoritário. Na história dessas lutas, que envolvem gênero e sexualidade, os movimentos oprimidos investiram em políticas de identidade em busca de liberdade e igualdade questionando a própria ordem social vigente (Ferreira; Aguinsky, 2013, p. 227).

Esses movimentos sociais também foram atores importantes para o processo de redemocratização do país e para a construção de uma sociedade pós-Ditadura Militar, pois variadas demandas foram levadas e discutidas para a elaboração da Constituição Brasileira de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Com sua promulgação, iniciou-se o reconhecimento das desigualdades, objetivando a distribuição igualitária dos direitos sociais. Esses movimentos também contribuíram para o restabelecimento das esquerdas no cenário político, possibilitando seu retorno à disputa pelo poder em condições mais igualitárias, segundo seus próprios termos e com um programa que considerava a democracia, a soberania, o crescimento econômico e a justiça social (Castañeda, 1994, p. 225), além de trazer uma redefinição de cidadania com aumento da participação da sociedade civil nos movimentos sociais (Garretón, 2002, p. 18).

Portanto, os corpos de mulheres, indígenas, pessoas negras e homossexuais serviram, no fim da Ditadura Militar, como bandeiras políticas e identitárias que reforçaram a

importância do debate sobre sexualidade e identidade no contexto da redemocratização. Somente em 1996, no entanto, os homossexuais “são citados num documento oficial do governo brasileiro, no Plano Nacional de Direitos Humanos, e incluídos entre os grupos sociais mais vulneráveis da nossa sociedade” (Mott, 2005, p. 100). Mais tarde, nos anos de 2003 e 2004, surgiram as primeiras ações do governo federal para dar suporte à comunidade (Ferreira; Aginsky, 2013, p. 229).

Considerações finais

*“[...] enquanto historiadores, devemos nos empenhar para que a história seja recontada sob formas que ressaltam múltiplas perspectivas, historicidades e modos de constituir o mundo”
(Seixlack, 2024, p. 248).*

O movimento homossexual brasileiro, quando surgiu em 1978 com a fundação do *Lampião da Esquina* e do surgimento do Somos (a primeira entidade de defesa dos direitos homossexuais), baseou-se na identidade, sexualidade e cidadania. A construção de uma nova identidade homossexual era necessária para fortalecer uma “vasta rede de informações e solidariedade, ampliando a divulgação da questão homossexual e conduzindo a imprensa a tratar o assunto de forma diferente” (Zanatta, 1996-7, p. 174).

Nesse contexto, a ditadura censurou e instituiu diversas violações contra pessoas marginalizadas. Essa perseguição contou com o respaldo de parcela da sociedade civil, a qual defendia a retirada de circulação de livros, jornais, peças de teatro, letras de músicas e filmes que atentassem contra a “moral e os bons costumes”. Tal censura se tornou, assim, “instrumento para a prática de violações de direitos humanos durante a ditadura militar” (Brasil, 2014, p. 305-307).

Após um longo período de apurações e discussões, a Comissão Nacional da Verdade elaborou um relatório final em 2014, no qual recomendou:

Pedidos de desculpas oficiais do Estado pelas violências, cassações e expurgos cometidos contra homossexuais em ato público construído junto ao movimento LGBT. – Reparação às pessoas LGBT perseguidas e prejudicadas pelas violências do Estado (Brasil, 2014, p. 310).

No Brasil de 2026, ainda existe uma negação do agenciamento político às parcelas da população socialmente oprimidas, classificadas como inferiores e parte de um setor

marginalizado no país, junto com mulheres, pessoas negras, indígenas e pessoas com deficiência. É justamente a defesa da identidade política dessas pessoas que poderá garantir projetos de emancipação e valorização social.

[Procedeu-se à supressão do trecho referente ao pensamento descolonial, de modo a melhorar a fluidez do artigo, em conformidade com a recomendação do(a) parecerista 2.]

Desde o início do século XXI, como aponta Mott (2001, p. 59), as pessoas homossexuais no Brasil continuam sendo vítimas do preconceito e da discriminação. O país é um dos maiores do mundo em índices de assassinatos contra essa comunidade nas últimas décadas, mas também possui a maior parada LGBT do mundo, em São Paulo. Entender essas discrepâncias e compreender por que “sofrer algum tipo de insinuação, ofensa verbal ou de ameaça de agressão física faz parte da experiência social de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil” (Simões; Facchini, 2009, p. 26), também colabora para a compreensão do impacto da Ditadura Militar na repressão e na construção de identidades no Brasil. Essa análise evidencia a importância de discutir um “[...] tema até então pouco prestigiado, tanto nas pesquisas acadêmicas como nas políticas públicas de verdade, memória e justiça em relação aos crimes estatais do passado recente”, bem como desvela a invisibilização dos grupos oprimidos pela Ditadura brasileira, o que acentuou a discriminação e opressão a esses grupos até os dias de hoje, mantendo um círculo vicioso de condenação/justificação (Quinalha, 2021, p. 15).

As pessoas LGBT no Brasil passaram pelo punitivismo inquisitório, pela patologização no início do século XX, pela perseguição policial e política durante a Ditadura Militar, pela luta contra a AIDS e pela luta por reconhecimento de direitos e cidadania. Olhar para o *Lampião da Esquina* nos dias de hoje mostra o quanto foi possível avançar no reconhecimento das identidades e sexualidades dissidentes através de um movimento que surgiu ainda sob a Ditadura. Portanto, os movimentos identitários surgidos no Brasil na segunda metade da década de 1970 contribuíram para mudanças significativas na ordem moral existente, principalmente no que se refere às vivências e identidades nos campos da sexualidade e do gênero (Quinalha, 2021, p. 282). Dessa forma,

[...] a homossexualidade mudou e influenciou a renovação da mirada repressiva da ditadura. Quando deixou de ser apenas uma prática sexual repulsiva e passou a ser um movimento social de contestação da ordem e de reivindicação de igualdade e direitos, os homossexuais militantes colocaram em questão as estruturas autoritárias e excludentes do regime (Quinalha, 2021, p. 281).

Então que seja possível em uma sociedade complexa e plural como a brasileira, historicamente marcada por profundas desigualdades, as experiências e vivências das pessoas pertencentes às minorias políticas e sociais deixem de ser ameaçadas, silenciadas ou invisibilizadas. Que essas pessoas possam, enfim, viver de maneira plenamente emancipada, reconhecidas em sua totalidade e valorizadas por seu histórico de lutas contínuas, resistência e protagonismo político e social na busca por liberdade, justiça e afirmação das diferenças.

Referências

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Brasil. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório Final. Brasília: CNV, 2014.

CASTAÑEDA, Jorge. **Utopia desarmada**: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Acesso em: 19 abr. 2025.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Helena Oliveira Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 24-45.

FERREIRA, Guilherme Gomes; AGUINSKY, Beatriz Gershenson. Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. **Revista Katálisis**, v. 16, n. 2, p. 223-232, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000200008>. Acesso em: 19 abr. 2025.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, F. et al. (org.). **Tempo presente e usos do passado**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 101-124.

FRY, Peter. **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GALLARDO, Helio. Revolución y cultura política en América Latina. **POLIS, Revista Latinoamericana**, vol. 4, n. 12, 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/5694>

GARRETON, Manuel Antonio. La transformación de la acción colectiva en América Latina. **Revista de la CEPAL**, n. 76, p. 7-24, 2002. Disponível em:

<https://www.cepal.org/es/publicaciones/10797-la-transformacion-la-accion-colectiva-america-latina>

GREEN, James N. **Além do carnaval**: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREEN, James N. “Quem é o macho que quer me matar?”. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n. 8, p. 58-93, 2012. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r33222.pdf>

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro, 1978 – 1981. Diversas edições.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 111-153.

MOTT, Luiz. A revolução homossexual: o poder de um mito. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 40-59, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i49p40-59>. Acesso em: 19 abr. 2025.

MOTT, Luiz. A construção da cidadania homossexual no Brasil. **Democracia Viva**, n. 25, p. 98-102, 2005. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/artigos_teses_dissertacoes/a_construcao_da_cidadania_homossexual_-_luiz_mott.pdf

OLIVEIRA, Jainara Gomes de; SANTANA, Tarsila Chiara. Ditadura e homossexualidades no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, p. 300-304, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v8i15.387>. Acesso em: 19 abr. 2025.

POCOCK, John Greville Agard. **Pensamiento político e historia**: ensayos sobre teoría y método. Madrid: Ediciones Akal, 2011.

PRATT, Mary Louise. Pós-colonialidade: projeto incompleto ou irrelevante. In: VÉSCIO, Luiz Eugênio; SANTOS, Pedro Brum. **Literatura e História**: perspectivas e convergências. 1. ed. Bauru: Edusc, 1999. p. 17-54.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

QUINALHA, Renan. Lampião da Esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964. **Cadernos Pagu**, n. 61, 2021a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202100610004>. Acesso em: 19 abr. 2025.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas armadas revolucionárias nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Revolução e democracia (1964...)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 21-51.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

SEIXLACK, Alessandra Gonzalez de Carvalho. Os parlamentos hispano-mapuche no período colonial: um exercício de interpretação histórica à luz da cosmo-história e da cosmopolítica. **Revista Maracanan**, v. 1, n. 35, p. 245-266, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/revmar.2024.78301>. Acesso em: 19 abr. 2025.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

ZANATTA, Elaine Marques. “Documento e identidade: O movimento homossexual no Brasil na década de 80”. **Cadernos AEL**, Campinas, n. 5/6, 1996-7. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/download/2458/1868>